

RELATÓRIO E CONTAS

2024



Março 2024

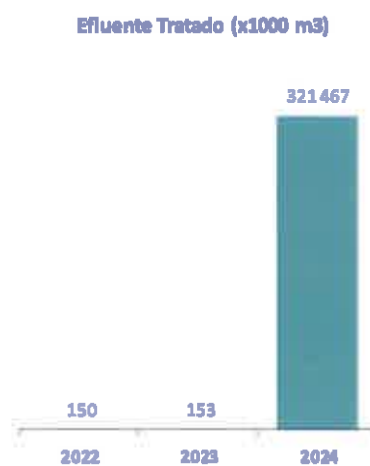
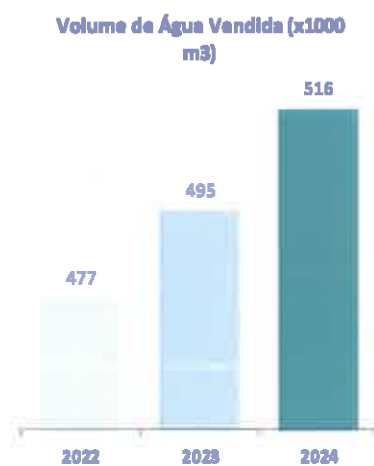
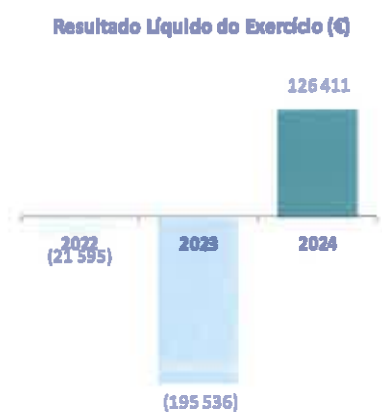
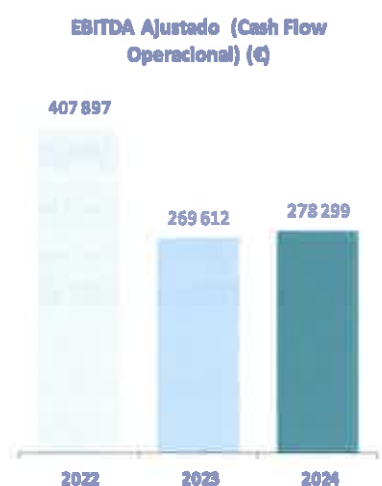
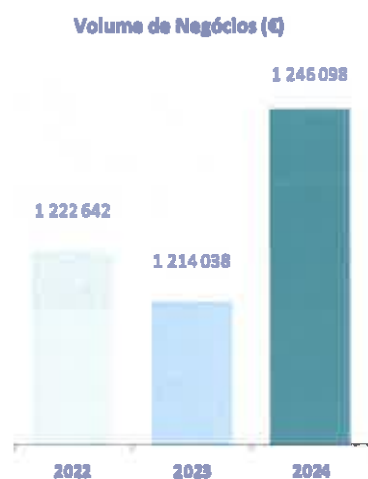
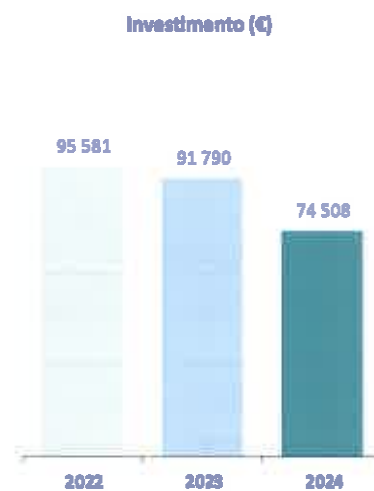
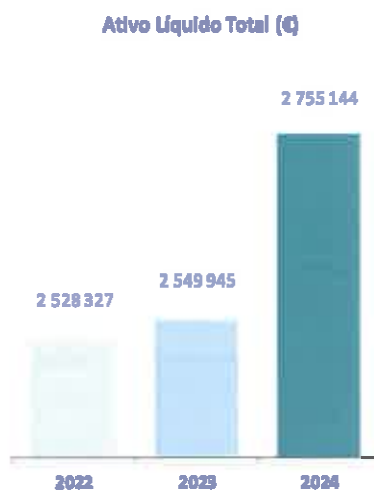
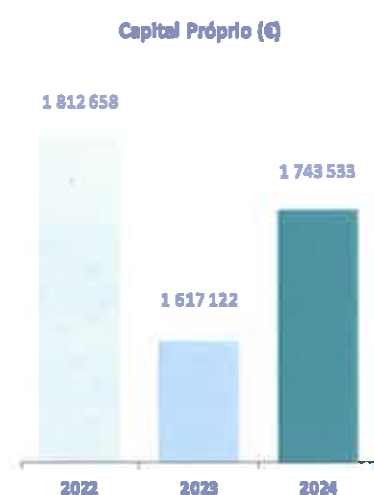
ÍNDICE

1	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
2	MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
3	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	6
4	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	8
5	SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2024	9
6	PERSPETIVA PARA O FUTURO	25
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
8	OUTRAS INFORMAÇÕES	26
9	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	27

1

SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros		2022	2023	2024
Capital Social	Eur	875 000	875 000	875 000
Capital Próprio	Eur	1 812 658	1 617 122	2 003 615
Ativo Líquido Total	Eur	2 528 327	2 549 945	3 400 817
Investimento	Eur	95 581	91 790	19 970
Volume de Negócios	Eur	1 222 642	1 214 038	1 743 806
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional)	Eur	407 897	269 612	458 435
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	(21 026)	(203 548)	327 696
Resultados Antes de Impostos	Eur	(17 310)	(192 038)	343 748
Resultado Líquido do Exercício	Eur	(21 595)	(195 536)	260 284
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	(1,19%)	(12,09%)	12,99%
Rentabilidade do Ativo	%	(0,85%)	(7,67%)	7,65%
Autonomia Financeira	%	71,69%	63,42%	58,92%
Nº de Colaboradores em 31 dezembro	nº	15	15	16



2

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2024 foi mais um ano de grande instabilidade social e económica a nível internacional. Mantiveram-se os conflitos armados em torno do espaço europeu e as grandes incertezas acerca das políticas económicas e estratégicas dos Estados Unidos da América. Tratou-se de um ano com todo um figurino mundial de grande complexidade e muito pouca estabilidade. Apesar de tudo isto, o nosso País conseguiu ter um crescimento do PIB, mesmo que inferior ao ano anterior, e a inflação teve um abrandamento em relação a períodos homólogos abaixo dos objetivos delineados.

Esperemos que este clima de instabilidade global se desvaneça, que todos os esforços de acabar rapidamente com os conflitos armados sejam bem-sucedidos e que possamos voltar a viver tempos de Paz e prosperidade no contexto Mundial.

No contexto interno da empresa, esta instabilidade faz-se sentir principalmente nas cadeias de valor, ao nível dos preços e da logística. O ano de 2024 foi também o ano que se confirmou a vontade do Município em continuar a trabalhar com a Águas da Teja por muitos mais anos, poder continuar a contar com o seu compromisso para com as populações e com a sua vontade em querer sempre fazer mais e melhor em prol do Concelho.

A Águas do Teja como sempre agradece a confiança que o Município e os seus clientes depositam na empresa, é com grande satisfação que continuará a trabalhar para manter e melhorar o serviço que presta todos os dias ao Concelho de Trancoso.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

3

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1. BREVE HISTORIAL

A Águas da Teja foi constituída em 1997. A empresa tem por Missão a exploração em regime de concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso.

O Contrato de Concessão foi assinado a 17 julho de 1997, em regime de concessão exclusiva tendo sido outorgados respetivamente em 3 de dezembro de 2008 e 24 de janeiro de 2024 o 1º e 2º aditamento.

No ano de 2024 foi assinado o segundo aditamento do contrato de concessão que tem como objetivo:

- a introdução de disposições legais e regulamentares aplicáveis após a sua entrada em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e o Código dos Contratos Públicos;
- o alargamento da cobertura do tratamento dos efluentes domésticos do concelho de Trancoso;
- adequação do Contrato às Recomendações da Entidade Reguladora em matéria de tarifários, com destaque para a adoção de um tarifário social para os utilizadores domésticos;

A reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão em resultado dos trabalhos Executados pela concessionária e necessários à renovação, ampliação e extensão das Infraestruturas e que foram determinados pela Concedente.

3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Teja é uma empresa com um capital de 875.000 euros detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A..

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral:

António Manuel Paredes Pereira da Cunha – Presidente;
Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia – Secretária.

Conselho de Administração:

Paulo Jorge Almelda Oliveira – Presidente;
José António Ferreira dos Santos – Vogal;
Nuno Miguel dos Santos Fidalgo – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro;
Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferreira.



4

MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2. VISÃO

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3. VALORES

A Águas da Teja pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;
- Estabilidade.



■

5

SÍNTESE DA ATIVIDADE EM 2024

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

O ano de 2024 foi marcado pela persistência de tensões geopolíticas, com a guerra na Ucrânia a manter-se sem uma resolução à vista e o conflito no Médio Oriente a continuar num estado de instabilidade. Apesar da volatilidade dos mercados, o impacto nos preços da energia foi mais moderado do que em anos anteriores.

Na área do euro, a inflação não desceu de forma sustentada ao longo do ano, mantendo-se acima da meta voltando a acelerar nos últimos meses. Em resposta, o Banco Central Europeu reduziu as taxas de juro em outubro e dezembro, numa tentativa de impulsionar a economia, mas manteve uma postura cautelosa face às pressões inflacionárias persistentes.

De acordo com a Informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2022	2023	2024
Euribor 1M	-0,01%	3,17%	3,60%
Euribor 3M	0,23%	3,35%	3,61%
Euribor 6M	0,53%	3,56%	3,53%
Euribor 12M	0,92%	3,85%	3,31%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, apesar dos desafios orçamentais e incertezas externas.

O crescimento do **PIB** desacelerou de 2,5% em 2023 para 1,7% em 2024, (menos 0.8 p.p.), refletindo uma moderação da atividade económica, devido a fatores externos e a outros fatores estruturais da economia.

No mercado de trabalho, verifica-se uma ligeira redução da **taxa de desemprego** em 0,1 p.p., verificando-se uma estabilização, embora sem grandes melhorias significativas.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo **Índice de Preços no Consumidor** (IPC), registou uma variação média anual de 2,4% em 2024, inferior aos 4,3% observados em 2023.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2022	2023	2024
PIB	6,8%	2,5%	1,7%
IPC	7,8%	4,3%	2,4%
HPC	8,1%	5,3%	2,6%
Desemprego	6,2%	6,5%	6,4%
Consumo Privado*	5,8%	2,0%	3,0%
Consumo Público*	1,4%	0,6%	1,1%
Exportações*	17,4%	3,5%	3,9%
Importações*	11,1%	1,7%	5,2%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados Dezembro de 2024

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2024

Ao nível nacional, foi aprovado o **PENSAARP 2030** – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o **RASARP 2024**, existem atualmente em Portugal 351 entidades gestoras, das quais 229 com atividade de abastecimento público de água, 225 com atividade de

saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2024), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (173) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	3	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	18	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal 221 entidades no abastecimento de água e 213 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 6 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,4 milhões de habitantes e 144 concelhos, assim como os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,4 milhões de habitantes e 22 concelhos, seguindo-se as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 69 concelhos, e as concessões municipais, com cerca de 1,6 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,0 milhões de habitantes e 141 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,4 milhões de

habitantes em 21 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes em 68 concelhos, as concessões municipais, com 1,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	23	21	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	30	28	20
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	9
Serviços Municipais	143	141	205
TOTAL	221	213	236

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa", é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2024).

Abastecimento de água em Portugal Continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	98%
Área mediantemente urbana	96%	Área mediantemente urbana	89%
Área predominantemente rural	94%	Área predominantemente rural	78%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2024 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água – adesão ao serviço, reabilitação de condutas e produção própria de energia. Destaca também a água não faturada e as perdas reais de água.
- Saneamento de águas residuais – ocorrência de inundações, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, monitorização da condição de coletores, adequação dos recursos humanos no tratamento de águas residuais, controlo de

descargas de emergência e de tempestade e cumprimento dos requisitos de descarga.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 23 concessões existentes, a Aquapor detém 8, representando 41% em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	8	340	44 675	15,2
Concessões Municipais	23	822	95 084	15,2
País	221	5 728	839 869	26,9

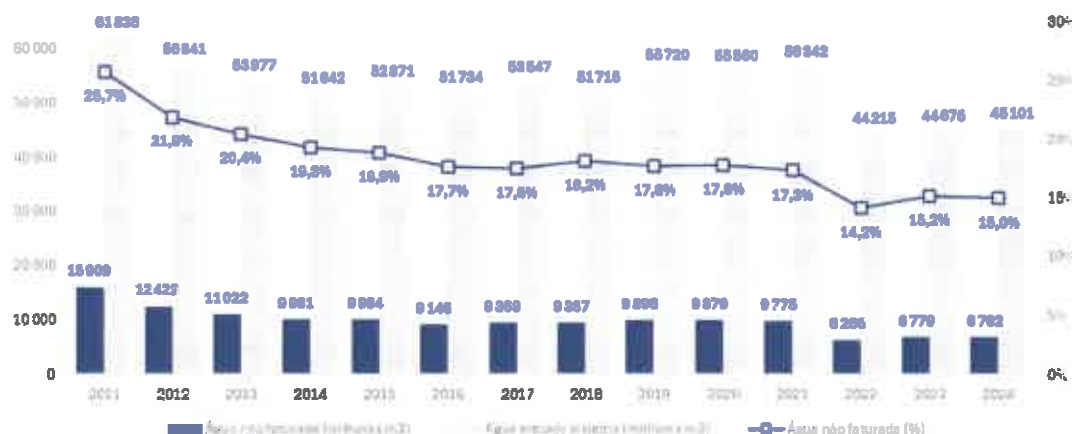
Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

Quanto à água não faturada, segundo o RASARP 2024, a média continental foi de 26,9% referente ao ano 2023, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 15,2% no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2024, em que o nível de água não faturada foi de 15,0%.

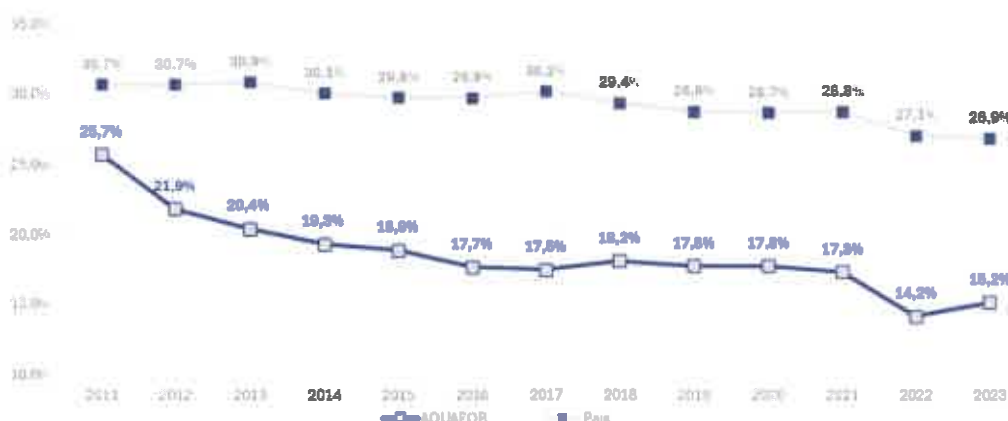
De referir que a descida dos volumes e número de clientes desde 2021 se deve ao término de duas das concessões do grupo: Águas do Sado, em 2022 e Águas do Lena, em 2023.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342	44 215	44 675	45 101
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775	6 266	6 779	6 762
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8%	17,8%	17,3%	14,2%	15,2%	15,0%
Clientes (nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810	408 060	344 067	338 983	341 732

(*) Valores em milhares m³



No gráfico seguinte efetua-se a comparação da evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do País dos últimos anos, de acordo com os dados disponíveis no RASARP 2024.



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução crescente contínua do número de clientes registada nos últimos anos, apenas invertida em 2022 e 2023 devido ao término das duas concessões já referenciadas.



Quanto ao consumo, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um ligeiro aumento de 0,03 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,35 m³/Cliente/mês.



ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Teja é Concessionária até dezembro de 2033, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Trancoso que abrange uma área geográfica de 366 Km².

É uma Concessão Municipal, operando em toda a cadeia de valor, ou seja, na distribuição de água e no saneamento de águas residuais, em "alta" e em "baixa".

Residem na área abrangida cerca de 8.413 habitantes, com grande dispersão geográfica, razão pela qual temos ainda várias origens de água. O sistema principal a partir do qual abastecemos cerca de 94,6% dos consumidores é composto por uma Albufeira na Ribeira da Teja, Estação de Tratamento de Água, Estação Elevatória, Adutora e Reservatórios.

A implantação comercial e Industrial é baixa, tem um peso de 7% no número de contratos de fornecimento de água e 13% no volume de água vendida, deste modo, os clientes são maioritariamente do tipo doméstico.

Verificam-se grandes flutuações populacionais ao longo do ano, de tal forma que os consumos médios no tipo doméstico verificados são muito baixos, cerca de 4,3m³ por mês.

Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Trancoso, está regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão do sistema de abastecimento de água do concelho de Trancoso estabelecido com a Câmara Municipal de Trancoso em 17 de julho de 1997, os respetivos 1º e 2º aditamento a esse contrato de concessão.

- O regulamento do serviço de distribuição de água e saneamento de águas residuais do Concelho de Trancoso.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR; entidade reguladora da atividade do abastecimento público de água às populações. Anualmente a Concessionária é alvo de auditoria por parte do Regulador. Com uma periodicidade anual a Águas da Teja enquanto entidade Gestora tem como responsabilidade, submeter à aprovação desta entidade o plano de controlo da qualidade da água para o ano seguinte para aprovação e procedem ao preenchimento da base de dados “Avaliação de Desempenho Entidades Gestoras”.
- Administração da Região Hidrográfica do Centro e Norte no âmbito do licenciamento de descargas dos sistemas de Tratamento de Águas Residuais e licenciamento e concessões das captações de água para abastecimento.

REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Presidente do Conselho de Administração.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2024

FACTOS RELEVANTES

Durante o ano de 2024, foi assinado o 2º aditamento ao contrato de concessão. O processo incluiu-se no ano transato, com a obtenção dos pareceres da ERSAR e aprovações municipais, tendo depois sido assinado pelas partes.

Foi continuada a ampliação do sistema de supervisão.

Foi assumido o controlo da qualidade da água, nas Zonas de abastecimento com ponto único de abastecimento, até então sob responsabilidade do município.



DESEMPENHO DA EMPRESA

Exploração do Sistema

A Estação de Tratamento de Água manteve um nível de produção de água estável quer em termos de quantidade quer em qualidade de água produzida, contribuindo para que não se tenham verificado descontinuidades no fornecimento às populações abastecidas por este sistema.

Foram criadas mais zonas de medição e controlo e melhorados os níveis de pressão de abastecimento em alguns pontos específicos da rede.

Foi dada continuidade à campanha para redução das perdas técnicas e comerciais, nomeadamente através da substituição do parque de contadores e campanhas de pesquisa ativa de perdas reais.

Volume de Água (m3)

	2022	2023	2024	Var. %
Água Produzida	592 805	611 002	635 455	4,0%
Água Vendida	477 114	494 998	515 854	4,2%
Perdas % (I)	19,5%	19,0%	18,8%	-0,2 p.p.

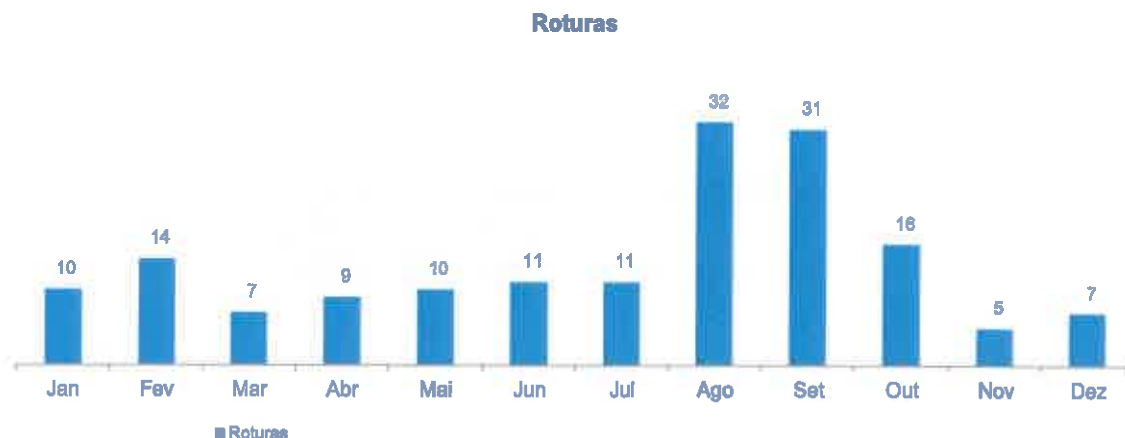
(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional



Manutenção do Sistema

Todas as atividades de manutenção dos sistemas foram asseguradas.

Em 2024 o n.º de roturas foi de 163 o que representa uma diminuição de 7.9% face a 2023.



Roturas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Roturas	10	14	7	9	10	11	11	32	31	16	5	7	163

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º 69/2023), que correspondeu a um total de 1178 determinações nos diversos parâmetros e zonas de abastecimento.

Relativamente á qualidade da água, continua a ser executado o plano de controlo operacional, que visa aumentar a segurança e controlo da qualidade da água fornecida, viglando e acompanhando fenómenos, com por ex. o aparecimento de algas na albufeira da Teja, níveis da albufeira, controlos incluídos no Plano de controlo da qualidade da água com mais regularidade.

Efetuamos no ano 1194 determinações em laboratório, bem como mais de 2000 verificações diárias efetuadas pelos nossos técnicos.

ÁGUAS RESIDUAIS:

No controlo de águas residuais todo o controlo operacional foi realizado, num total de 1362 determinações, em função das condições de descarga indicadas nas licenças rejeição.

Área Ambiental

A empresa Águas da Teja, S.A., tem Instalado desde julho de 2011 dois sistemas de produção de energia elétrica através de painéis fotovoltaicos em dois locais da área de concessão,

Reservatório R24 em Trancoso e ETAR de Vila Franca das Naves, e um outro sistema instalado da ETA do Terrenho desde 2019.

Através dos sistemas instalados, a ADTEJA contribui para a redução da emissão de gases com efeito de estufa.

Área Comercial

Durante o ano de 2024 aumentou o número de clientes (+62), tal como podemos observar no quadro seguinte:

Clientes			
	2022	2023	2024
Total de Clientes	6 435	6448	6 510

A Empresa registou um aumento do número de clientes de saneamento em 54 clientes.

No final do ano de 2024, a empresa tinha um total de 6.510 contratos de abastecimento e 5.505 de saneamento.

A Águas da Teja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de detetar utilizações das redes sem contratos, principalmente os utilizadores das redes de saneamento e que não possuem contrato de abastecimento.

Durante o exercício de 2024 foram executados 18 ramais de água e 10 de saneamento.

Adicionalmente foi dada continuidade à recuperação da dívida.

Vendas e Prestações de Serviços

	2022	2023	2024	Var. %
Venda de Água	495 091	511 640	504 302	-1,4%
Taxa de Disponibilidade	451 823	454 662	560 184	23,2%
Outras Vendas	442	295	538	82,3%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	947 356	966 597	1 065 024	10,2%
Ramais Domiciliários (Água)	32 033	31 034	12 358	-60,2%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	9 371	11 898	7 980	-32,8%
Taxa Variável Saneamento	n.a	n.a	266 556	n. a
Taxa de Saneamento	162 442	162 962	332 009	103,7%
Obras	28 707	19 695	584	-97,0%
Outros Serviços	34 129	53 915	59 347	10,1%
Total das Prestações de Serviços	266 682	279 501	673 843	142,9%
Total de Volume de Negócios	1 214 038	1 246 098	1 743 866	39,9%

Os clientes Domésticos têm um peso de 86% no conjunto total de contratos existentes, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 7

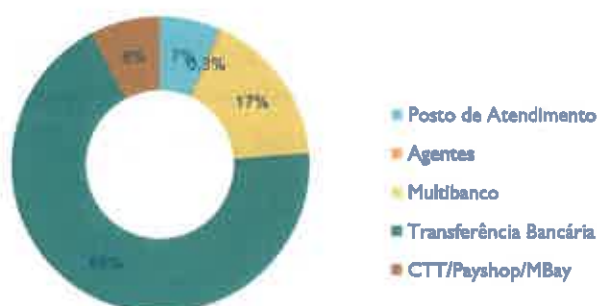
Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	286 868	55,6%	187 339	0,65	5 585	85,8%
Comércio e Indústria	68 014	13,2%	89 626	1,32	476	7,3%
Obras	5 079	1,0%	4 136	0,81	113	1,7%
Instituições de Utilidade Pública	23 326	4,5%	13 306	0,57	75	1,2%
Câmaras Municipais e Juntas Freguesia	130 110	25,2%	206 930	1,59	252	3,9%
Organismos do Estado	2 467	0,5%	2 995	1,21	9	0,1%
Água em Baixa	515 865		504 332		6 510	
Total	515 865		504 332		6 510	

Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento verificou-se o seguinte:

Modalidade de Pagamento



A cobrança no posto de atendimento é de 7% dos pagamentos totais. A cobrança dos agentes passou a ser de 0,3% do peso do total de recebimentos. O CTT/Payshop/MBWay baixou 1%, representando 8%. As modalidades de pagamento, multibanco representa 17% e o débito direto aumentou 2% para os 68%.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa consolidou o modelo estabelecido, atendendo à especificidade da Concessão, em que 6.435 contratos estão distribuídos por uma área territorial de cerca de 366 km², servidos por:

Infra-Estruturas	2024
Estação de Tratamento de Água	1
Captações de Água	7
Captações de Água (Ponto Único Abastecimento)	5
Reservatórios	38
Estações Elevatórias de Abastecimento	2
Estações de Tratamento de Águas Residuais	3
Estações de Tratamento de Águas Residuais Compactas	6
Fossas Sépticas	23
% de análises em incumprimento	1,39

Relações com o Concedente

A relação com a Câmara Municipal de Trancoso tem sido positiva e diária.

Relações com outros interessados no desempenho da Sociedade

Nas relações com a comunidade a Águas da Teja privilegiou o contacto com Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Delegado de Saúde, Agentes de Cobrança.

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota Introdutória

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela empresa Águas da Teja, S.A., no exercício de 2024, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa gerou, no ano de 2024, um Resultado Líquido positivo de 260.284 euros, o que representa um aumento de 133.873 milhares de euros face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados

	2022	2023	2024	Var. %
Vendas	947 358	966 597	1 065 064	10,2%
Prestações de Serviços	266 682	279 501	678 842	142,9%
Volume de Negócios	1 214 038	1 246 098	1 743 906	39,9%

CMVMC	20 526	19 211	34 848	81,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	598 455	564 474	756 763	34,1%
Gastos com o Pessoal	356 023	399 553	443 701	11,0%
Outros Resultados Operacionais	19 581	(28 866)	(26 850)	-7,5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	258 615	233 994	481 738	105,9%
Amortizações	462 163	99 268	164 547	55,8%
Resultado operacional (RO)	(203 548)	134 726	327 096	142,8%
Resultados Financeiros	11 509	25 168	16 653	33,8%
Resultados Antes de Impostos	(192 038)	159 894	343 748	115,0%
Imposto Sobre o Rendimento	3 498	33 482	83 484	149,3%
Resultado Líquido do Exercício	(195 536)	126 411	260 284	105,9%

No ano de 2024, o volume de negócios da empresa aumentou 498 milhares de euros, o que representa um aumento de 39,9%.

O resultado operacional aumentou 142,8% face a 2023, com uma variação de 192 milhares de euros, com o impacto do aumento em prestações de serviços em 142,9%, compensado pelo aumento de fornecimentos e serviços externos em 34,1%.

ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço		(em euros)		
	2022	2023	2024	Var. %
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	651 615	566 967	1 065 868	91,5%
Ativos por Impostos Diferidos	26 567	36 852	42 067	14,1%
Outros	3 200	3 585	3 585	0,0%
Total dos Ativos não Correntes	681 382	607 403	1 111 520	86,3%
Contas a Receber	817 730	830 377	759 771	-8,5%
Outros	1 050 834	1 317 364	1 509 782	14,6%
Total dos Ativos Correntes	1 868 564	2 147 741	2 269 553	5,7%
Total do Ativo	2 549 945	2 755 144	3 400 833	23,4%
Capital Próprio	1 617 122	1 743 533	2 003 818	14,9%
Provisões	127 765	158 061	634 484	301,4%
Total dos Passivos não Correntes	127 765	158 061	634 484	301,4%
Contas a Pagar	805 058	853 550	762 582	-10,7%
Total dos Passivos Correntes	805 058	853 550	762 582	-10,7%
Total do Passivo	932 823	1 011 611	1 397 066	38,1%
Total do Capital Próprio e do Passivo	2 549 945	2 755 144	3 400 833	23,4%

O total do Ativo atingiu 3,4 milhões de euros no final de 2024, o que representa um acréscimo de 23,4% face ao ano anterior.

O aumento de 86,3% dos **Ativos não Correntes**, é justificado pelo aumento de ativos fixos tangíveis e ativos Intangíveis.

O aumento de 5,7% dos **Ativos Correntes** prende-se essencialmente pelo aumento da rubrica de outros (caixa e depósitos bancários).

O **Capital Próprio** aumentou pela incorporação do resultado líquido do exercício.

O **Passivo não Corrente** aumentou 301,4% face ao ano anterior, por via de aumento de provisões.

O **Passivo Corrente** diminuiu 10,7%, como resultado da diminuição de saldo de dívidas a pagar.

INDICADORES

Os Indicadores de Rentabilidade aumentam face ao ano anterior, em consequência do Resultado Líquido.

Os Indicadores de Autonomia Financeira e Solvabilidade apresentam uma redução face a 2023.

Indicadores	(em euros)			
	2022	2023	2024	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	-12,1%	7,3%	13,0%	5,74 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	-7,7%	4,8%	7,7%	3,07 p.p.
Autonomia Financeira (%)	63,4%	63,3%	58,9%	-4,36 p.p.
Solvabilidade (%)	173,4%	172,4%	143,4%	-28,91 p.p.

6

PERSPETIVA PARA O FUTURO

Para o ano de 2024 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Continuar a consolidar o SIG e software de apoio ao operacional na atividade quotidiana da empresa;
- Incrementar a Implementação da monitorização remota das variáveis de processo
- Diminuir a idade média do parque de contadores;
- Cimentar o reconhecimento na comunidade;
- Assinatura do aditamento ao contrato de concessão.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Fornecer água em quantidade e com qualidade a toda a área da concessão;
- Melhorar rendimentos e a qualidade no abastecimento de água;
- Dar continuidade a ações de sensibilização para o valor da água;
- Sensibilizar o concedente para importantes melhorias a executar no sistema.

SANEAMENTO

- No seguimento do desenvolvimento dos estudos de melhoria dos sistemas de tratamento das águas residuais, a empresa irá continuar a colaborar com a Câmara na identificação de intervenções prioritárias e urgentes por forma a permitir à Concedente lançar novas obras necessárias à modernização em algumas Instalações que apresentam problemas crónicos, reequipar as ETAR's recentemente renovadas logo que que possível;
- Sensibilizar o concedente para importantes melhorias a executar no sistema;
- Melhorar o índice de cumprimento das licenças de descarga.

7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2024, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Trancoso;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- Os Colaboradores de Águas de Teja e Grupo Aquapor, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

8

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2024;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2024;
- A sociedade não tem sucursais.

9

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante positivo de 260.284 euros tenha a seguinte aplicação:

Um total de 13.014 Euros para Reservas Legais;
O remanescente, no total de 247.270 para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira



José António Ferreira dos Santos



Nuno Miguel dos Santos Fidalgo

Trancoso, 24 de março de 2025

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024 E RESPETIVO ANEXO

Águas da Teja, S.A.

BALANÇO

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

		Quantias em Euros	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	27 159	15 686
Ativos Intangíveis	7	1 058 500	551 281
Outros Investimentos Financeiros		3 585	3 585
Ativos por Impostos Diferidos	12	42 057	36 852
		1 131 301	607 403
Ativo Corrente			
Inventários	9	80 719	87 195
Clientes	13.1	187 113	136 979
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	29 212	16 987
Outros Créditos a Receber	13.2	572 658	693 398
Diferimentos	15.2	1 270	3 160
Caixa e Depósitos Bancários	4	1 398 561	1 210 022
		2 269 533	2 147 741
Total do Ativo		3 400 833	2 755 144
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.4	875 000	875 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	1 523 473	1 523 473
Reservas Legais	15.3	24 328	18 008
Resultados Transitados	15.3	(679 268)	(799 359)
Resultados Líquidos do Período	15.3	260 284	126 411
Total do Capital Próprio		2 003 818	1 743 533
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	634 464	158 061
		634 464	158 061
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	114 562	100 380
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	48 004	22 728
Outras Dívidas a Pagar	13.3	599 986	725 913
Diferimentos	15.2	-	4 528
		762 536	853 550
Total do Passivo		1 397 016	1 011 611
Total do Capital Próprio e Passivo		3 400 833	2 755 144

Conselho de Administração

Contabilista certificado







Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		Quantias em Euros	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	1 743 906	1 246 098
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(34 848)	(19 211)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(756 763)	(564 474)
Gastos com o Pessoal	14	(443 701)	(399 553)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	5 615	2 649
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(22 314)	(46 954)
Outros Rendimentos	15.5	7 047	22 159
Outros Gastos	15.6	(17 207)	(6 720)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		481 736	233 994
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(154 640)	(99 268)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		327 096	134 726
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	23 799	25 782
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(7 147)	(614)
Resultado antes de impostos		343 748	159 894
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(83 464)	(33 482)
Resultado Líquido do Período		260 284	126 411

Conselho de Administração




Contabilista certificado



Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
1	875 000	1 523 473	18 008	(603 823)	(195 536)	1 617 122
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023						
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados						
2	-	-	-	(195 536)	195 536	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
3	-	-	-	-	126 411	126 411
5=3+4	-	-	-	-	126 411	126 411
6=1+2+3	875 000	1 523 473	18 008	(799 359)	126 411	1 743 533
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023						
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024						
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados						
7	-	-	6 320	120 091	(126 411)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
8	-	-	-	-	260 284	260 284
10=8+9	-	-	-	-	260 284	260 284
9=6+7+8	875 000	1 523 473	24 328	(679 268)	260 284	2 003 818
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024						

Conselho de Administração

Contabilista certificado







Águas da Teja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Quantias em Euros	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	2 052 418	1 569 690
Pagamentos a Fornecedores	(786 364)	(748 805)
Pagamentos ao Pessoal	(373 029)	(325 819)
Caixa gerada pelas operações	893 025	495 066
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(41 752)	(5 443)
Outros recebimentos / pagamentos	(609 723)	(211 486)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	241 550	278 138
Fluxo de caixa das atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(53 027)	(3 835)
Outros Ativos	(500 000)	(500 000)
	(553 027)	(503 835)
Recebimentos provenientes de:		
Outros Ativos	500 000	500 000
	500 000	500 000
Fluxo de caixa das atividades de Investimento (2)	(53 027)	(3 835)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	-	-
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	188 523	274 303
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	4. 1 210 022	935 719
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4. 1 398 545	1 210 022

Conselho de Administração




Contabilista certificado



ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Águas da Teja, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 24 de abril de 1997, e tem como objeto social a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Trancoso, em regime de exclusividade.

A empresa tem a sua sede na Av. das Comunidades Europeias – Zona Industrial – Trancoso, Portugal.

A Águas da Teja é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

Atividade Concessionada

Em 17 de julho de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal de Trancoso e a Águas da Teja, S.A., pelo prazo de 25 anos e mediante uma renda total de 1.384.164 Euros.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia da celebração do contrato e após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Teja, S.A..

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas e utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas Infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor fixo de 55.367 Euros em cada ano (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Por força do mesmo contrato, a sociedade Águas da Teja, S.A. ficou obrigada a transferir para a Câmara Municipal de Trancoso a importância de 1.496.394 euros para a concretização de determinados investimentos designados no caderno de encargos por ETARs e Redes de Esgotos.

Em 3 dezembro de 2008 foi estabelecida, entre a Águas da Teja, S.A. e a Câmara Municipal de Trancoso, uma Adenda ao Contrato de Concessão, por via da qual a renda devida pela utilização das instalações deixou de ser devida. Com efeitos desta adenda, a sociedade Águas da Teja, S.A. passou também a assumir a responsabilidade pela realização de alguns investimentos que estavam previstos serem realizados pela concedente, no valor de 823.100 Euros.

Em 24 de janeiro de 2024 foi assinado o segundo aditamento ao contrato de concessão, repondo o equilíbrio financeiro da concessão e estendendo o prazo da mesma até 3 de dezembro de 2033.

2.REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2024 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3.BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A assinatura do aditamento ao contrato de concessão vai permitir:

- a regularização de uma dívida que o município tem com as Águas da Teja e que resulta de: revisão de tarifas não efetuada e obras realizadas no passado por conta do município e não pagas;
- aumento do custo com a operação de Infraestruturas de saneamento, que sofreram grandes investimentos por parte da Câmara.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a Informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

3.2 Políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 - Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo Intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das Infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das Infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de Intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de

outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2024	2023
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período

para finalidades diferentes da produção de Inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam. Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do Imobilizado a que respeitem e são depreciadas no período remanescente da vida útil desse Imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível fixo (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contábilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com Imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contábilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a

unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;

- Existe evidência nos relatórios Internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Os ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à Imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a Imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método a linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor amortizável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2024	2023
Direito de Concessão	100,0%	100,0%
Propriedade Industrial	12,42%	33,33%
Outros	100,0%	100,0%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um Ativo Intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é Incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Direitos de Concessão Relacionados com a Atividade Concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de Infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de Investimentos Iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações Iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;

- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21% sobre o Lucro Tributável (no Município de Trancoso a Derrama é de 0%). Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 9% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada

empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

(d) Inventários

A valorização dos Inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio
(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo		

O custo dos Inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os Inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os Inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo amortizado; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2024 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(e1) Ao custo amortizado

São mensurados “ao custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(i) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários" compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(III) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(e2) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor" com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

(e3) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica

“Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(e4) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(I) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(I.1) Provisões para Investimentos de Substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(J) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

(I) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euros às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o valor acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados;
- O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação;
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(p) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis;
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;

- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das Contas a Receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários" no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2024	2023
Caixa	0	700
Depósitos à Ordem	1 398 561	1 209 322
	1 398 561	1 210 022

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF's em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6.Partes Relacionadas

As entidades relacionadas da empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Águas do Lena	Distribuição de Água	Município da Batalha
Luságua Serviços Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A., com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Teja, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Teja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Teja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamentos, honorários de administrativos.
Águas do Lena	-	Aquisição de equipamento
Luságua Serviços Ambientais	Refaturação de obras de construção civil.	Análises de Laboratório e Trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestação de Serviços	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a Pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2024	23 472	176 651	5 312	123 293	500 000
	2023	22 399	151 518	6 250	72 679	500 000
Luságua Ambiente	2024	37 258	-	-	5 339	-
	2023	9 981	18 059	-	942	-

As remunerações do pessoal-chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2024	2023
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	94 217	78 234
Total de remunerações	94 217	91 418

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e a amortização acumulada e as perdas por Imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de janeiro de 2023	4 971 121	90 072	541 421	5 602 614
Aquisições	1 481	-	8 012	9 493
Transferências	8 012	-	(8 012)	-
Abates	(602)	-	-	(602)
31 de dezembro de 2023	4 980 013	90 072	541 421	5 611 505
Aquisições	205 819	447 543	-	653 362
Transferências	541 421	-	(541 421)	-
31 de dezembro de 2024	5 727 253	537 615	-	6 264 868
	Direitos de Concessão	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de janeiro de 2023	4 878 867	89 560	-	4 968 427
Amortizações	91 888	511	-	92 399
Abates	(602)	-	-	(602)
31 de dezembro de 2023	4 970 153	90 071	-	5 060 225
Amortizações	90 574	55 570	-	146 143
Abates	-	-	-	-
31 de dezembro de 2024	5 060 727	145 641	-	5 206 368
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de Dezembro de 2024	666 526	391 974	-	1 058 500
A 31 de Dezembro de 2023	9 860	1	541 421	551 281
A 1 de Janeiro de 2023	92 254	512	541 421	634 187

Incluído na rubrica “Ativo Intangível – Direitos de Concessão”, encontra-se reconhecido o Direito de Concessão detido pela Empresa e que tem como contrapartida a rubrica de “Outros Credores – Câmara Municipal de Trancoso”.

O saldo da rubrica de intangíveis em curso compreende maioritariamente obras que foram efetuadas a pedido da Concedente (Câmara Municipal de Trancoso), as quais estão consideradas no aditamento do contrato de concessão e que foram transferidas para direitos de concessão e serão amortizadas pelo período remanescente do contrato de concessão.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta a depreciação acumulada as perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2023	77 245	81 437	40 974	81 507	91 707	372 871
Aumentos		3 392	-		1 735	5 127
31 de dezembro de 2023	77 245	84 829	40 974	81 507	93 442	377 998
Aumentos		5 632		14 338		19 970
31 de dezembro de 2024	77 245	90 461	40 974	95 845	93 442	397 968
Amortizações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2023	75 433	75 809	40 974	75 907	87 320	355 443
Depreciações	940	2 556		2 366	1 007	6 869
31 de dezembro de 2023	76 373	78 365	40 974	78 273	88 327	362 312
Depreciações	523	2 570	-	4 595	809	8 497
31 de dezembro de 2024	76 896	80 935	40 974	82 868	89 136	370 809
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de dezembro de 2024	349	9 526	-	12 977	4 306	27 159
A 31 de dezembro de 2023	872	6 464	-	3 234	5 115	15 686
A 1 de janeiro de 2023	1 812	5 628	-	5 600	4 387	17 427

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2024	2023
8 Contratos de aluguer de viaturas	116 824	7 422
	116 824	7 422

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2024	2023
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	34 850	4 497
Mais de um ano	81 975	2 925
Total dos Pagamentos	116 824	7 422

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2024	2023
Mercadorias		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	80 719	87 195
	80 719	87 195

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2023	82 798	82 798
Compras	23 608	23 608
Existências em 31 de dezembro de 2023	(87 195)	(87 195)
	19 211	19 211
Existências em 1 de janeiro de 2024	87 195	87 195
Compras	28 372	28 372
Existências em 31 de dezembro de 2024	(80 719)	(80 719)
	34 848	34 848

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2024	2023
Vendas		
Mercadorias	538	295
Água	504 332	511 640
Quota Serviços Água	560 194	454 662
	1 065 064	966 597
Prestações de Serviços		
Conservação Contadores/Ramais Água	3 273	17 007
Abertura Ramais Água	10 668	14 027
Obras	584	19 695
Venda de Saneamento	598 565	162 962
Outros	65 752	65 810
	678 842	279 501
	1 743 906	1 246 098

Com a adenda do contrato de concessão que entrou em vigor no ano de 2024, foi revista a tarifa de disponibilidade de saneamento na sua componente de fixa e variável, resultando num aumento da componente de saneamento.

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água e Ramais de Saneamento, Instalação de Contadores, Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Saneamento e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

11.Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimentos de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2023	9 691	118 075	127 766
Reversões do ano	1 243	45 711	46 954
Custo financeiro	(16 659)	-	(16 659)
A 31 de dezembro de 2023	(5 725)	163 786	158 061
A 1 de Janeiro de 2024	(5 725)	163 786	158 061
Aumentos do ano	447 543	23 136	23 136
Utilizações no ano	6 547	-	-
Reversões do ano	(822)	-	(822)
A 31 de dezembro de 2024	447 543	186 922	634 464

12.Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Imposto Corrente		
IRC do ano	88 670	43 767
	88 670	43 767
Imposto Diferido		
Outros movimentos	(5 206)	(10 285)
	83 464	33 482

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto	Base de imposto	Taxa de imposto	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes de impostos	343 748	159 894		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	72 187	33 578	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	822	1 243		
Restituição de impostos não dedut. e excesso de estim.	2 015			
	2 837	1 243	(5,67%)	(5,66%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Amortizações não aceites fiscalmente	55 570			
Provisões para além limites legais	23 136	46 222		
Créditos incobráveis não aceites como gastos	231	-		
Outros	414			
	79 350	46 222	(10,35%)	(11,57%)
Lucro tributável	420 262	204 873		
Prejuízos Fiscais deduzidos				
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	86 255	41 023	25,09%	25,66%
Tributação autónoma	2 415	3 491	0,70%	2,18%
Benefícios Fiscais		(747)	0,00%	(0,47%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(5 205)	(10 285)	(1,51%)	(6,43%)
	(2 790)	(7 541)	(0,81%)	(4,72%)
Imposto sobre o rendimento	83 465	33 482	24,28%	20,94%

Os impostos diferidos são indicados no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2024	2023	2024	2023
Impostos Diferidos Ativos				
Indemnizações	42 057	36 852	5 205	10 285
Total	42 057	36 852	5 205	10 285

13.Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2024	2023
Corrente		
Cientes		
Valor bruto	188 894	157 764
Imparidade	(1 781)	(20 786)
	187 113	136 979
Outros créditos a receber	572 658	693 398
	759 771	830 377

Instrumentos Financeiros Passivos	2024	2023
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	89 583	80 944
Outras partes relacionadas	24 980	19 436
	114 562	100 380
Outras dívidas a pagar	599 970	725 913
	714 531	826 293
Instrumentos de Capital	2024	2023
Capital subscrito	875 000	875 000
Outros instrumentos de capital	1 523 473	1 523 473
	2 398 473	2 398 473

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida					
			< 30 Dias	< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2024	188 894	157 659	23 103	666	244	-	7 222	-
Ano 2023	157 764	125 339	12 535	365	1 348	-	-	18 177

O movimento ocorrido na Imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Utilizações	Constituição/ Reforço	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2024					
Clientes	20 786	(13 389)	378	(5 993)	1 781
	20 786	(13 389)	378	(5 993)	1 781
Exercício de 2023					
Clientes	23 435	-	-	(2 649)	20 786
	23 435	-	-	(2 649)	20 786

13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Outros créditos a receber - correntes		
Acionistas	500 000	500 000
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	40 192	52 347
Saneamento	31 466	10 982
Outros		129 069
Cauções de Fornecedores	1 000	1 000
	572 658	693 398

13.3 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2 024	2023
Outras dívidas a pagar - correntes		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	56 712	48 831
Fornecimentos e serviços por facturar	98 282	37 924
Diversos	144 525	29 778
Outros credores		
Diversos	300 466	609 381
	599 986	725 913

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Diversos' inclui Taxas Municipais de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a entregar ao Município de Trancoso, conforme respetivo contrato de Concessão.

13.4 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social subscrito são as indicadas no quadro seguinte:

	2024	2023
Capital social nominal emitido	875 000	875 000
Capital social nominal emitido e subscrito		
Aquapor - Serviços, S.A.	875 000	875 000
	875 000	875 000

O capital social emitido é composto por 175.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2024	2023
Outros Instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	1 523 473	1 523 473
	1 523 473	1 523 473

As prestações suplementares foram deliberadas com os seguintes termos: As prestações acessórias serão gratuitas.

A restituição das prestações acessórias apenas poderá ser efetuada após deliberação da Assembleia Geral da Sociedade e desde que, após a restituição, a situação líquida da Sociedade não fique inferior à soma do capital e da reserva legal.

As prestações suplementares consideraram-se realizadas na presente data.

13.6 Compromissos Financeiros não Incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2024:

Garantia	Banco	Referência	Entidade	Motivo
2024				
97/189/44740	BPI	BPI	Câmara Municipal de Trancoso	Gestão da concessão

13.7 Riscos Relativos a Instrumentos Financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
 - Risco de taxa de juro;
 - Risco de taxa de câmbio;
 - Outros riscos de preço;

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o Investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - Incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras contas a pagar.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Remunerações do pessoal	341 647	303 605
Encargos sobre remunerações	73 703	65 506
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4 898	4 706
Gastos de ação social	10 121	17 190
Outros gastos com o pessoal	13 333	8 547
	443 701	399 553

15.1. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Saldo a Receber		
IVA	29 212	16 987
	29 212	16 987
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	2 589	2 728
Contribuição para a Segurança Social	7 572	5 173
Tributos das Autarquias Locais		
Outras Tributações	37 844	14 828
	48 004	22 728

A Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 passou a integrar o RETGS do Grupo, do qual a Aquapor Serviços, S.A. é a entidade dominante. Por este motivo, o montante relativo a estimativa de imposto do exercício encontra-se reconhecida como uma conta a pagar à Aquapor Serviços, S.A. uma vez que é esta entidade que faz os pagamentos por contas das Empresa do grupo inseridas no RETGS (Nota 13.3).

15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 340	1099
Seguros	(70)	2 061
	1 270	3 160

Os rendimentos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2024	2023
Rendimentos a reconhecer		
Outros	-	4 528
	-	4 528

15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de "Reservas Legais", "Resultados Transitados" e "Resultado Líquido do Exercício" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2023	18 008	(603 823)	(195 536)	(781 352)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	(195 536)	195 536	-
Resultado do ano	-	-	126 411	126 411
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18 008	(799 359)	126 411	(654 940)
Saldo em 1 de janeiro de 2024	18 008	(799 359)	126 411	(654 940)
Constituição da Reserva legal	6 320	(6 320)	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	-	126 411	(126 411)	-
Resultado do ano	-	-	260 284	260 284
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24 328	(679 268)	260 284	(394 656)

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 2 de abril de 2024, o resultado líquido do exercício de 2023, no valor de 126.411 Euros, fosse distribuído 6.321 Euros para Reservas Legais e 126.411 distribuído para Resultados Transitados.

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 8 de março de 2023, o resultado líquido do exercício de 2022, no valor de 195.536 Euros negativos fosse distribuído para Resultados Transitados

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Subcontratos	137 624	65 095
Serviços Especializados	197 991	159 187
Trabalhos especializados	559	440
Publicidade e propaganda	-	319
Vigilância e segurança	13 617	12 174
Honorários	81	119
Comissões	118 710	15 536
Conservação e reparação		
Materials	9 648	1 261
Ferramentas e utensílios	129	450
Material de escritório		
Energia e Fluidos	95 170	142 396
Eletricidade	27 913	24 769
Combustíveis	28 959	33 590
Outros Fluidos		
Deslocações, estadas e transportes	817	576
Deslocações e estadas	302	123
Transportes de Mercadorias		
Serviços Diversos	75 017	64 392
Rendas e alugueres	19 162	16 046
Comunicação	15 073	14 978
Seguros	1 642	-
Contencioso e notariado	1 036	237
Despesas de representação	4 012	2 180
Limpeza, higiene e conforto	9 303	10 604
Outros	756 763	564 474

O aumento dos custos com manutenção e reparação no ano de 2024 resultam das responsabilidades adicionais com a manutenção do sistema e que decorrem do 2º aditamento do contrato de concessão.

15.5 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Rendimentos Suplementares		
Outros	2 619	4 754
Recuperação de dívidas a receber	664	746
Ganhos em Inventários	2 015	-
Excesso da estimativa para impostos	1 749	16 659
Outros não especificados	7 047	22 159

15.6 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Impostos		
Dívidas Incobráveis	4 345	6 720
Perdas em Inventários	231	-
Outros	215	-
Outros Não Especificados	12 416	-
	17 207	6 720

15.7 Gastos/ Reversões de Depreciação e Amortização

A rubrica de Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	8 497	6 869
Ativos Intangíveis	146 143	92 399
	154 640	99 268

15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica de "Juros e Rendimentos Similares Obtidos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Juros Obtidos		
De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos	23 472	22 399
Atraso de pagamento de clientes	327	3 382
	23 799	25 782

15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de "Juros e Gastos Similares Suportados" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	7 147	613
Comissões Garantias	7 147	614

16. Aspetos Ambientais

Em 2024 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2024 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos Após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 24 de março de 2025.

Desde 31 de dezembro de 2024 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

Após o término do exercício de 2024, no que concerne ao reequilíbrio económico do contrato, foi assinado o aditamento ao contrato de concessão que se encontra presentemente em apreciação pelo Tribunal de Contas.

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do

Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2024, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º do CSC;
- d) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2025, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista certificado

